

Exportações Motor do agronegócio brasileiro¹

Elisio Contini²
Marcos A. G. Pena Júnior³
Carlos Augusto M. Santana⁴
Geraldo Martha Júnior⁵

Resumo – O artigo inicia-se com uma revisão das principais linhas de pensamento sobre o comércio internacional, desde os mercantilistas, clássicos, neoclássicos e conjunto de ideias mais contemporâneas. Apresenta informações sobre as exportações do agronegócio e analisa seu desempenho e sua importância para a economia brasileira nas últimas décadas, para os principais produtos e principais mercados. Identifica as perspectivas de exportações desses produtos para os próximos anos. Ao final, propõe políticas governamentais para ampliar as exportações brasileiras: negociação e promoção comercial; agregação de mais valor aos produtos exportados; fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária; e erradicação da febre aftosa. Demonstra-se que taxas mais elevadas de crescimento do agronegócio brasileiro serão determinadas pela capacidade de vendas externas, constituindo-se as exportações em “motor” do agronegócio nos próximos anos.

Palavras-chave: agricultura, Brasil, mercado exterior.

Exports: the engine of Brazilian agribusiness

Abstract – This article begins with a review of the main lines of thought on international trade, i.e., the mercantilist, the classical, the neoclassical and a more contemporary set of ideas. It presents information about agribusiness exports, and analyzes its performance and its importance to the Brazilian economy in the last few decades, with a focus on main products and main markets. It also identifies prospects for agribusiness product exports for the upcoming years. At the end, the article proposes government policies to increase Brazilian exports, which consist of: negotiation and trade promotion; more added value to exported products; strengthening of agricultural defense systems; and eradication of foot and mouth disease. The article shows that higher growth rates of the Brazilian agribusiness will be determined by its foreign sales potential; hence, exports are the “engine” of agribusiness in the coming years.

Keywords: agriculture, Brazil, foreign market.

¹ Original recebido em 25/4/2012e aprovado em 2/5/2012.

² Doutor em Regionale Planung, pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação. E-mail: elisio.contini@embrapa.br

³ Economista, Mestre em Engenharia de Produção, analista da Embrapa Estudos e Capacitação. E-mail: marcos.pena@embrapa.br

⁴ Economista, Doutor em Economia Agrícola Pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação. E-mail: carlos.santana@embrapa.br

⁵ Engenheiro-agrônomo, Doutor em Ciência Animal e Pastagens, pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação, Bolsista CNPq. E-mail: geraldo.martha@embrapa.br

Introdução

O Brasil nasceu exportador. No período colonial, o comércio com Portugal caracterizou-se como espoliação, na exploração de metais preciosos, principalmente ouro. Na área agrícola, a introdução da cana-de-açúcar das Antilhas em 1532 transformou o açúcar no principal produto de exportação agrícola. O açúcar faz parte dos ciclos de exportação, sendo importante e estratégico para Portugal, em relação ao Brasil. Para Furtado (1971, p. 42) “a colonização do século XVI [do Brasil] surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira”. O seu desenvolvimento é rápido, conquista mercados, mas também provoca queda de preços no mercado internacional, resultando em crise de rentabilidade no setor. Conseqüentemente, a economia brasileira enfrentou um longo período de estagnação.

A partir da metade do século 19, o café impacta fortemente a economia brasileira e suas exportações. Inicialmente distribuído por várias regiões do País, como um produto de consumo local, no final do século torna-se o mais importante produto de exportação. Na primeira década após a independência do Brasil, já representava 18% do valor de todas as exportações nacionais e nas duas décadas posteriores (1830–1850), essa participação aumentou para 40%. Em 1880, o café representou 65% das exportações brasileiras. Como o açúcar, também o café experimentou períodos de queda de preços e dificuldades financeiras, culminando com a grande crise de 1929.

Outro produto que ganha espaço na produção e exportação brasileira no final do século 19 e início do século 20 é a borracha, favorecida pela incipiente indústria automobilística do País. Essa cultura tem seu berço na Amazônia brasileira, donde é originária num sistema de produção extrativista. As exportações de látex aumentaram de uma média anual de 6 mil toneladas na década de 1870, para 35 mil toneladas nos primeiros anos da década de 1900. Como o extrativismo não conseguiu atender à forte demanda da indústria automobilística, foram realizados plantios comerciais sistematizados na própria

Amazônia, como em Fordlândia, no Pará. Os plantios comerciais foram abandonados devido à incidência de doenças graves. Além disso, a cultura da borracha foi levada para o Sul da Ásia, onde teve um desenvolvimento espetacular. O Brasil passou então, de principal exportador no passado, para importador de borracha natural na atualidade.

A decisão política de industrializar o Brasil, a partir de 1950, teve um forte impacto sobre a produção agrícola e suas exportações. Os recursos gerados pelos saldos comerciais da agricultura permitiram importar máquinas e equipamentos para a indústria nascente. A política governamental, ao manter uma taxa de câmbio valorizada, prejudicou os exportadores (produção agrícola) e facilitou a importação, o que era desejável tendo em vista o objetivo de rápida industrialização do País.

Na década de 1990, as políticas de ajuste macroeconômico executadas pelo Governo Federal impactaram fortemente as exportações do agronegócio brasileiro. O controle do processo inflacionário mediante o Plano Real, executado em 1994, e o abandono do regime de câmbio fixo em 1999 contribuíram decisivamente para a alavancagem das exportações do País. Portanto, a partir da década de 2000, o Brasil eleva significativamente suas exportações, principalmente de produtos do agronegócio.

Tendo em vista os elementos anteriores, os objetivos do presente trabalho consistem nos seguintes: i) recapitular as principais linhas de pensamento sobre o comércio internacional; ii) analisar o desempenho das exportações do agronegócio e sua importância para a economia brasileira nas últimas décadas; iii) examinar o comportamento e o destino das vendas externas dos principais produtos agrícolas comercializados pelo Brasil no período 1995–2010; iv) identificar os fatores responsáveis pela situação observada; e v) delinear as perspectivas das exportações do agronegócio nacionais para os próximos anos.

Teorias de comércio internacional: breve recapitulação

A primeira tentativa de estruturar conceitualmente as atividades de comércio entre países ocorreu durante o período do mercantilismo (1500–1750). Partindo de uma visão estática sobre os recursos mundiais, a maioria dos autores daquela época argumentava que a riqueza nacional dependia da acumulação de metais preciosos. Isso implicava num jogo de soma zero, ou seja, o ganho econômico de um país seria causado pela perda do outro. Portanto, o objetivo do governo era executar políticas que mantivessem uma balança comercial positiva.

Os autores clássicos, entre eles David Ricardo, formularam a Teoria das Vantagens Comparativas. As principais premissas dessa teoria consistem nas seguintes: i) dois países têm relações comerciais quando possuem custos de produção diferentes; ii) um país exportará o bem que produzir a custos relativamente menores do que o outro; e iii) o comércio entre os dois países traz vantagens para ambos. A teoria adota como hipóteses básicas que os custos de produção dos bens, entre países, são constantes no tempo; que os mercados estão em concorrência perfeita; e que não há economia de escala nem economias externas (SOEDERSTEN; REED, 1994).

Os economistas clássicos propuseram que os países se especializassem na produção dos bens para os quais eles tivessem vantagem comparativa em termos de disponibilidade de recursos naturais e habilidades para produzi-los. Como corolário, propunham que a política econômica devia orientar-se para um comércio internacional livre, sem barreiras alfandegárias e sem restrições à importação e à exportação. Na concepção dos clássicos, cada país produziria os bens com custos mais baixos, o que aumentaria o bem-estar de todas as nações. Assim, haveria maior disponibilidade de bens e serviços para os países, satisfazendo a custos menores as necessidades dos cidadãos.

A teoria neoclássica, abordada no modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, explica o co-

mércio internacional pela diferença da dotação de fatores de produção (capital e trabalho) entre os países. As hipóteses básicas dessa teoria pressupõem: i) concorrência perfeita em todos os mercados; ii) dotações diferenciadas de capital e trabalho entre os países; iii) livre disponibilidade de conhecimento tecnológico no mundo; e iv) a existência de alguns produtos que usam intensivamente o capital e de outros que usam a mão de obra.

Segundo essa teoria, os países detentores de capital tendem a exportar produtos intensivos nesse recurso, enquanto aqueles com muita mão de obra exportam produtos de alta intensidade em trabalho. Isso ocorre porque países intensivos em capital possuem taxas de retorno de uso desse recurso relativamente elevadas, resultando, portanto, na produção de produtos de capital intensivo com menores custos. Por outro lado, em países com abundância de mão de obra, os salários são baixos, o que torna os custos de produtos intensivos em mão de obra mais baixos.

Na prática, o modelo prevê que os países ricos exportariam produtos intensivos em capital, como máquinas, equipamentos, tecnologias, enquanto os mais pobres exportariam produtos com forte componente de mão de obra, como tecidos, artigos de vestuário e alimentos. Essa teoria também enfatiza as vantagens do livre comércio como um instrumento importante para atingir o bem-estar das populações dos países (PINHO et al., 2001).

No início da década de 1960, o economista sueco Linder (1961), analisando as estatísticas do comércio mundial, observou que o seu fluxo não se dava entre produtos intensivos em capital de países ricos para países pobres, e de produtos intensivos em mão de obra dos países do Sul (pobres) para os do Norte (ricos). A concentração do comércio de produtos industriais era realizada entre países ricos e poderia ser explicada pela semelhança entre seus níveis de renda per capita. A elevada demanda e as estruturas produtivas sofisticadas permitiam a produção de bens diferenciados entre países e o aumento do comércio.

Para explicar o comércio internacional, Vernon (1972) introduziu a ideia do “ciclo de vida do produto”. O motor é o progresso tecnológico que gera novos produtos e processos produtivos em países ricos, atendendo à demanda por produtos sofisticados. As inovações tecnológicas dão aos países desenvolvidos o monopólio transitório da produção e da exportação de novos produtos. Com o tempo, esses produtos se tornam padronizados, podendo ser produzidos também em países menos desenvolvidos, com menores custos de produção, principalmente com mão de obra barata. Assim, o padrão de comércio internacional teria sua explicação nas várias etapas de vida do produto: no nascimento, seria produzido nos países desenvolvidos onde existe inovação; e na maturidade, nos países em desenvolvimento.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, vários estudos introduziram na teoria do comércio internacional os conceitos de mercados imperfeitos, economias de escala e diferenciação de produtos. Nos modelos de concorrência imperfeita, é possível incorporar economias de escala e diferenciação de produtos para explicar o comércio intraindústrias. A pressuposição básica é de que diversos componentes de um bem final sejam produzidos em vários países e montados num em particular. A especialização na produção de um componente por países permite que os custos de produção sejam mais baixos, reduzindo os preços finais dos produtos e trazendo mais bem-estar aos consumidores (PINHO et al., 2001).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, intelectuais da América Latina desenvolveram a teoria da dependência, com influências de esquerda e da teoria marxista. Embora com muitas versões, uma tese comum sustentava que a principal causa do subdesenvolvimento era a exploração pelo capital estrangeiro dos excedentes gerados nos países pobres

(SANTOS, 2011; WIKIPÉDIA, 2011). Essa visão influenciou a política de substituição de importações, como mecanismo para romper essa dependência.

Outra linha de pensamento autodenominou-se de Novo Desenvolvimentismo⁶. Com relação à área externa, ela defende controles sobre a conta de capital do balanço de pagamentos e manutenção de uma taxa de câmbio atraente para as exportações⁷.

O protecionismo moderno deve ser o da conta de capitais – as transações comerciais devem ser liberalizadas, embora esta abertura deva ser feita de forma inteligente, cautelosa e negociada para que reciprocidades que interessem às exportações brasileiras sejam conquistadas. (SICSÚ et al., 2007, p. 17)

Concluindo esse tópico, cabe observar que a realidade do comércio internacional é mais dinâmica do que as teorias para explicá-la. Os fluxos de comércio Sul-Sul têm aumentado após o ano 2000, constituindo-se em novo dinamismo, como as exportações e importações da China, Índia e Brasil. A China passou a ser a “fábrica” do mundo, exportando produtos industriais intensivos em mão de obra e importando matérias-primas, destacando-se minério de ferro e soja. O Brasil está se tornando a “nova fazenda do mundo”, aumentando significativamente as exportações de produtos do agronegócio.

Importância das exportações do agronegócio

Historicamente, as exportações do agronegócio têm exercido um papel de destaque na economia brasileira, contribuindo de forma significativa para o balanço de pagamentos do País. Nas últimas duas décadas, essa relevância aumentou substancialmente. O saldo do comércio internacional desse setor (exportações menos importações) passou de aproximadamente

⁶ Ver Bresser-Pereira (2011).

⁷ Os autores do Novo Desenvolvimentismo defendem a manutenção de uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial, afirmando que a taxa de câmbio de equilíbrio de mercado se dá por mera especulação de mercado e da interação entre as forças de demanda e oferta de moeda estrangeira no mercado interno. Isso distorce a realidade do mercado industrial. Sobre essa questão, ver Bresser-Pereira (2011).

US\$ 11 bilhões em 1989 para US\$ 77,5 bilhões em 2011, em valores nominais. Essa expansão (615% durante o período) consolidou a posição ocupada pelo agronegócio como principal setor responsável pelo desempenho do saldo da balança comercial brasileira. Como mostra a Figura 1, o saldo da balança comercial do agronegócio mais do que compensou os déficits registrados pela diferença entre as exportações e importações dos demais setores durante quase todos os anos do período 2001–2011. Como resultado, o saldo da balança comercial do País, além de ter apresentado um desempenho superavitário, registrou valores bastante expressivos.

As exportações do agronegócio também são importantes para o País por possibilitarem a expansão da produção agropecuária nacional mediante a colocação de crescentes volumes de produtos nos mercados externos. Atualmente o consumo interno absorve, em termos gerais, cerca de dois terços da produção dos diversos produtos do agronegócio (ver Figura 2 para grãos). Em 2009, aproximadamente 60% da produção de soja e 90% da de etanol foram utilizadas no mercado doméstico. O consumo interno de al-

godão e de carne de frango naquele mesmo ano teve uma participação de quase 70% do total produzido de cada um desses produtos. Os valores de utilização doméstica da carne bovina e do milho, por sua vez, corresponderam, respectivamente, a 80% e a 87% da quantidade produzida desses produtos em 2009.

Não obstante a relevância do mercado interno para a utilização da produção nacional, as exportações do agronegócio são o que mais tem crescido como fonte de destino da produção nacional. Durante o período 1996–2010, o consumo interno dos principais produtos do agronegócio expandiu-se a uma taxa média anual de 3,8%. Em comparação com esse desempenho, as exportações desses produtos cresceram a uma média de 9,1% por ano. Portanto, as vendas externas têm propiciado sobremaneira a expansão do agronegócio brasileiro.

A evolução do grau de abertura do agronegócio brasileiro para o exterior (definido como a relação entre as exportações e o PIB do setor) também mostra a importância das exportações do agronegócio como fonte de crescimento da agricultura nacional. Especificamente, enquan-

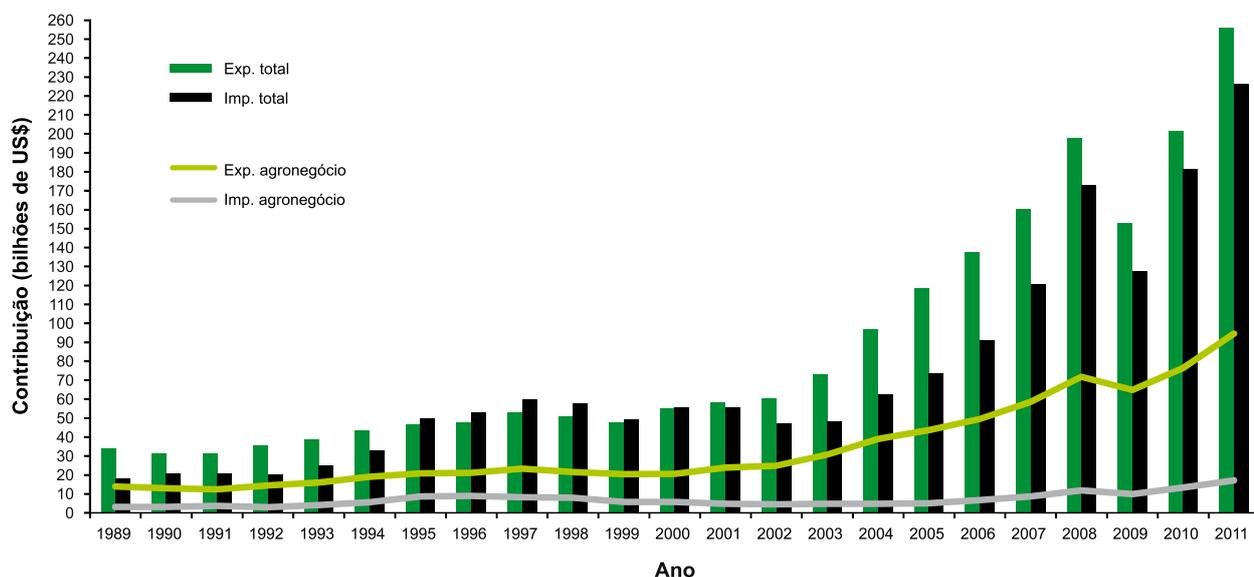


Figura 1. Contribuição do agronegócio para o comércio internacional do Brasil no período 1989–2011, em valores nominais.

Fonte: adaptado de Agrostat (2012).

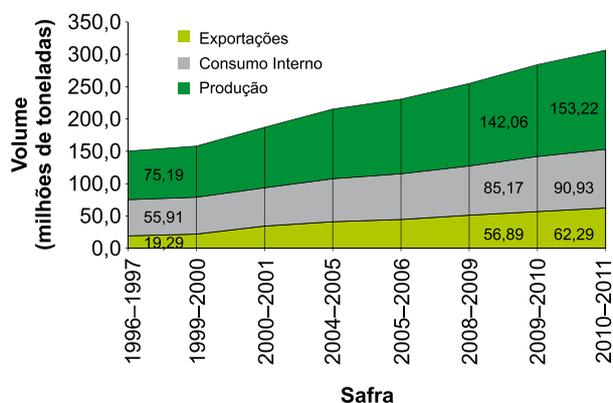


Figura 2. Produção, consumo interno e exportações de grãos (milhões de toneladas) no Brasil de 1996–1997 a 2010–2011.

Fonte: Agrostat (2012) e Conab (2012).

to o grau de abertura da economia como um todo passou de 8% em 1991–1995 para 12% em 2005–2010, o do agronegócio expandiu de 3% para 17% no mesmo período (Tabela 1). Esse crescimento favoreceu substancialmente o dinamismo desse setor, tendo criado uma demanda maior pelos seus produtos.

O Brasil tem se destacado como grande *player* mundial em diversos produtos do agronegócio, tanto na produção como na exportação. Dados de 2010 (AGROSTAT, 2012) apontam que o país era o maior produtor mundial de açúcar, café e suco de laranja, e o segundo maior de soja, carne bovina, tabaco e álcool. Em relação às exportações, era o principal vendedor (exportador) de: *i*) açúcar, vendendo para 113 mercados

e exportando US\$ 6,167 bilhões; *ii*) café, para 134 mercados e com US\$ 3,364 bilhões exportados; *iii*) suco de laranja, para 82 mercados e com US\$ 1,469 bilhão; *iv*) soja, para 74 mercados e com US\$ 9,308 bilhões; *v*) carne bovina, para 144 mercados e com US\$ 3,923 bilhões; *vi*) tabaco, para 114 mercados e com US\$ 1,752 bilhão; *vii*) álcool, para 40 mercados e com US\$ 1,605 bilhão; e *viii*) carne de aves, chegando a 145 mercados e tendo exportado US\$ 3,203 bilhões.

Os valores nominais das exportações e importações totais e do agronegócio são apresentados na Figura 1. A Figura permite observar que o agronegócio, em todos os períodos considerados, apresentou superávit crescente. O superávit do agronegócio na balança comercial passa de US\$ 10,8 bilhões em 1989 para US\$ 77,5 bilhões em 2011, um aumento de 617,6%. Esses recursos em moeda internacional foram fundamentais para superar os estrangulamentos externos, incluindo a dívida externa, que dificultavam o crescimento do Produto Interno Bruto e o bem-estar de nossa população.

Na Figura 3, tem-se o saldo acumulado da balança comercial brasileira, do agronegócio brasileiro e dos demais setores de 1989 a 2011, em bilhões de dólares (valores correntes). Observe-se que o saldo do agronegócio foi sempre positivo e crescente no período; já o dos demais setores, depois de um rápido período positivo (embora muito modesto) até 1995, foi sempre negativo. Daí é possível inferir que o saldo po-

Tabela 1. Grau de abertura ao exterior da economia e do agronegócio brasileiro – média dos quinquênios de 1991–1995 a 2005–2010 (valores nominais).

Quinquênio	Exportações totais (US\$ Milhões)	PIB total (US\$ Milhões)	Exportações do agronegócio (US\$ Milhões)	Grau de abertura total (%)	Grau de abertura do agronegócio (%)	PIB - agronegócio (US\$ Milhões)
1991–1995	39.674	494.239	16.555	8,2	3,4	615.277
1996–2000	50.996	701.988	21.450	7,5	6,3	360.756
2001–2005	81.290	575.424	32.384	14,0	16,5	195.939
2006–2010	170.195	1.509.085	64.175	11,9	17,5	373.053

Fonte: Brasil (2010) e Ipeadata (2012).

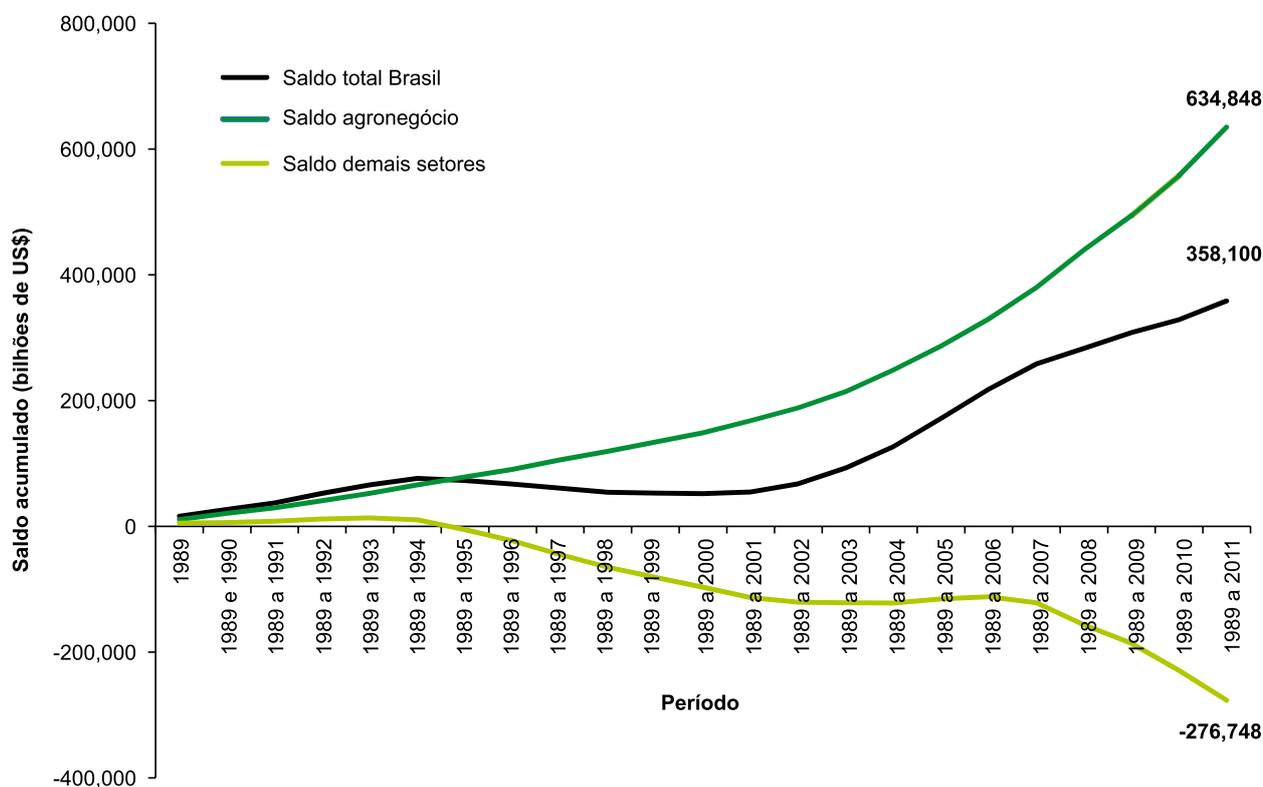


Figura 3. Saldo acumulado da balança comercial do Brasil, do agronegócio brasileiro e dos demais setores, de 1989 a 2011 (em bilhões de US\$ – valores nominais).

Fonte: Agrostat (2012) e Conab (2012).

sitivo da balança comercial do país é decorrente totalmente do agronegócio.

Exportação dos principais produtos do agronegócio⁸

A Figura 4 exhibe a participação dos principais grupos de produtos na pauta de exportações do agronegócio brasileiro, para o período de 1997 a 2011. Tomando-se como base o ano de 2000 e comparando-o com 2011, esses grupos de produtos apresentavam as seguintes características:

Produtos florestais: é o grupo com maior representatividade na pauta de exportações em 2000, com 21% do valor total de exportações, e

o quarto mais representativo em 2011, com 10% do total.

Complexo soja: é o segundo mais representativo em 2000, sendo responsável por 20% do valor total das exportações, e o mais importante em 2011, com 26% do total.

Carnes: em 2000 era o quarto, com 10% do total, e passou a ser o segundo em 2011, com 17% do montante para esse ano.

Complexo sucroalcooleiro: em 2000 representava 6% do valor total das exportações, sendo o sexto mais importante, e passou a ser o segundo, justificando 17% do valor total das exportações em 2011 (assim como Carnes).

Outros dois produtos merecem comentário. O café foi o quinto mais representativo nos

⁸ Os dados sobre as exportações do agronegócio brasileiro foram extraídos de Agrostat (2012).

dois anos em análise, somando 9% das exportações em 2000 e 9% em 2011. Quanto a couros e derivados, esse grupo foi o terceiro em termos de valor de exportações em 2000 (11%), sendo o oitavo em 2011 (3,5% sobre o total).

Uma conclusão importante para os dados apresentados na Figura 4 é a progressiva concentração das exportações em poucos grupos de produtos. Em 1997, os quatro principais complexos (produtos florestais, complexo sucroalcooleiro, complexo soja e carnes) representavam 55% do valor exportado do agronegócio; em 2011, esse percentual subiu para mais de 79%, um aumento na concentração na ordem de 24 pontos percentuais. Essa concentração poderia ser explicada pela tendência da globalização rumo à especialização na produção e exportação. Uma hipótese a ser testada em futuro estudo específico é a tendência histórica de cada vez menos países serem

produtores importantes de poucos produtos e exportarem para muitas nações (o que seria, de certa maneira, uma forma de corroboração empírica da Teoria das Vantagens Comparativas).

Em valores monetários nominais, de 1997 a 2011, houve expressiva expansão nas exportações desses principais grupos de produtos, como demonstrado na Figura 5. O Complexo Soja teve um volume de exportações de US\$ 5,564 bilhões em 1997 e cresceu para US\$ 24,139 bilhões no ano de 2011 (+333,84%). Os produtos florestais expandiram de US\$ 3,501 bilhões para US\$ 9,638 bilhões (+175,29%). Já o complexo sucroalcooleiro teve uma expansão de 659,62%, saindo de um volume de US\$ 2,130 bilhões para US\$ 16,180 bilhões. As exportações de carnes também lograram expressivo aumento no valor exportado de US\$ 1,598 bilhão, passando para US\$ 15,639 bilhões em 2011 (+878,66%).

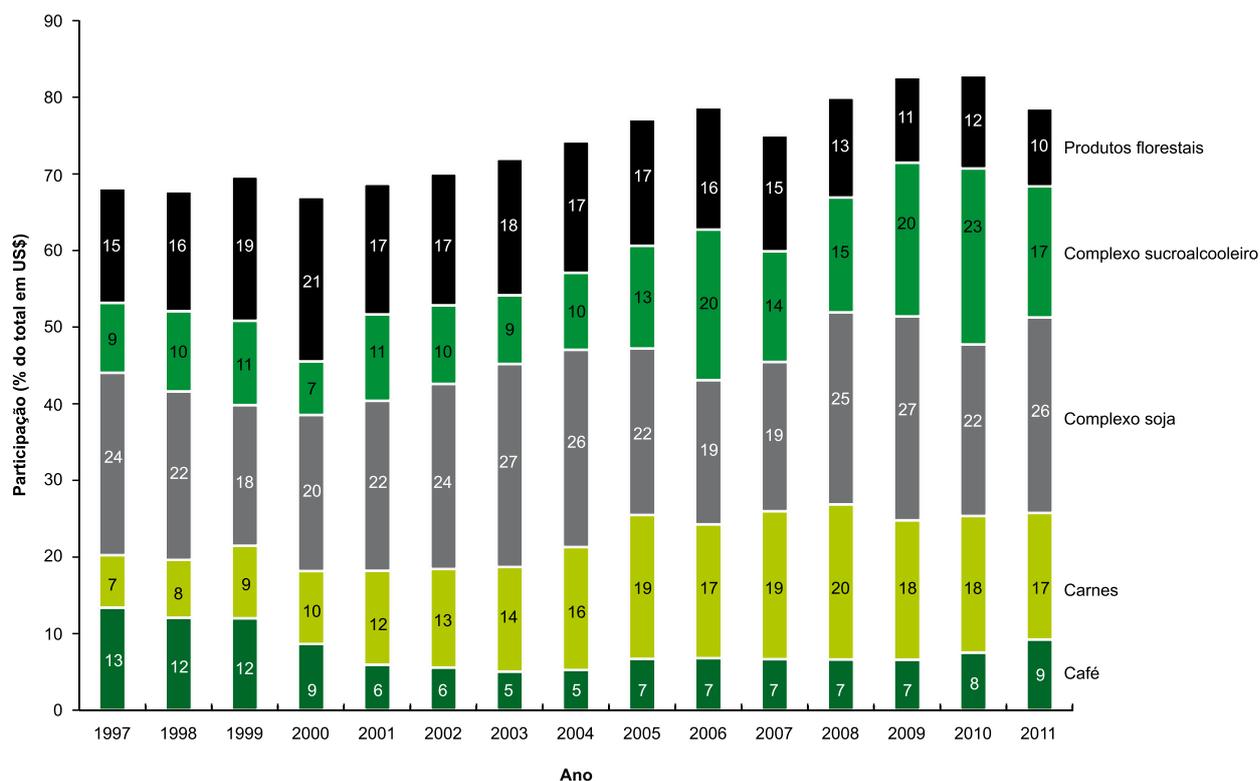


Figura 4. Evolução da participação de produtos selecionados sobre o total das exportações do agronegócio brasileiro – % do total em US\$ (de 1997 a 2011).

Fonte: Agrostat (2012).

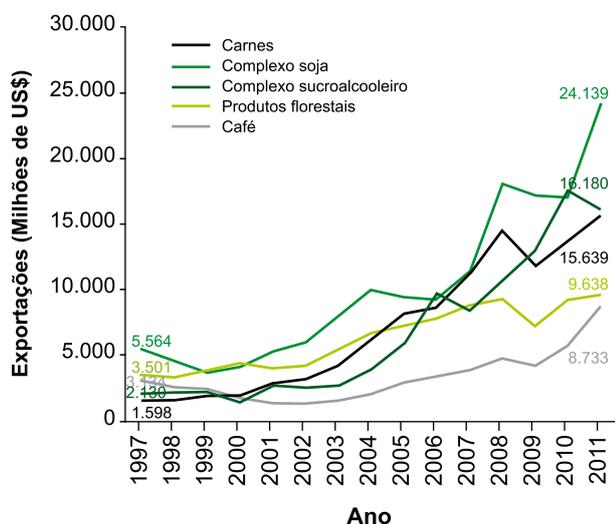


Figura 5. Evolução das exportações de produtos selecionados, em milhões de US\$ (de 1997 a 2011 – em valores nominais).

Fonte: Agrostat (2012).

O mesmo tipo de conclusão obtém-se ao analisar o volume exportado (ver Figura 6). Para o complexo soja, o aumento foi de 159,26%, partindo de 18,927 milhões de toneladas exportadas em 1997 para 49,069 milhões de toneladas em 2011. Os produtos florestais expandiram de 7,249 milhões para 14,313 milhões de toneladas em 2011, ou seja, 97,45%. O complexo sucroalcooleiro teve uma expansão de 260,78%, ao sair de um volume de 7,402 milhões de toneladas para 26,705 milhões de toneladas. Carnes obtiveram aumento de 4,878 milhões de toneladas, chegando a 5,816 milhões de toneladas em 2011, um incremento de 519,84%.

Quanto ao volume exportado, também houve incremento considerável, nos últimos anos, nos grupos de carnes. As carnes de frango tiveram um volume de exportações de 916 mil toneladas em 2000, passando para 3,707 milhões de toneladas em 2011; para carne bovina, os números são de 356 mil toneladas, passando para 1,095 milhão de toneladas em 2011; e as carnes suínas apresentam os seguintes volumes: para 2000, 135 mil toneladas; para 2011, 515 mil toneladas.

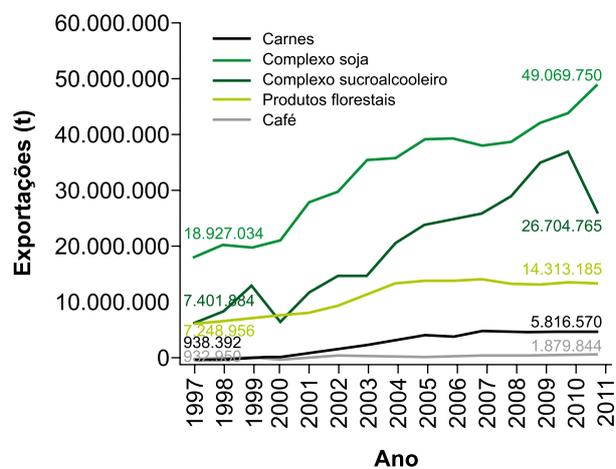


Figura 6. Evolução das exportações de produtos selecionados em toneladas (de 1997 a 2011 – em valores nominais).

Fonte: Agrostat (2012).

Destino das exportações

Outro fator de grande importância em relação ao crescimento das exportações do agronegócio brasileiro é a diversificação de mercados de destino. Na Figura 7, é observado que de 2000 a 2011 o nível de concentração de escoamento das exportações reduziu bastante. Em 2000, por exemplo, 18,05% (US\$ 3.719 milhões) das exportações do agronegócio eram compradas pelos Estados Unidos; já em 2011 esse percentual reduziu-se para 7,09% (US\$ 6.702 milhões). Esses mesmos números para os Países Baixos passaram de 9,46% (US\$ 1.949 milhões) para 6,73% (US\$ 6.362 milhões). Essa foi a regra, com raras exceções como China e Rússia, que passaram de 2,73% (US\$ 562 milhões) para 17,45% (US\$ 16.506 milhões) e de 2% (US\$ 413 milhões) para 4,28% (US\$ 4.050 milhões), respectivamente, de 2000 a 2011 (Figuras 7, 8 e 9).

Dentro dessa abordagem, é também interessante observar outros dados obtidos no Agrostat (2012):

- Em 2000, o agronegócio brasileiro exportou para 186 destinos; já em 2011, foram 214.

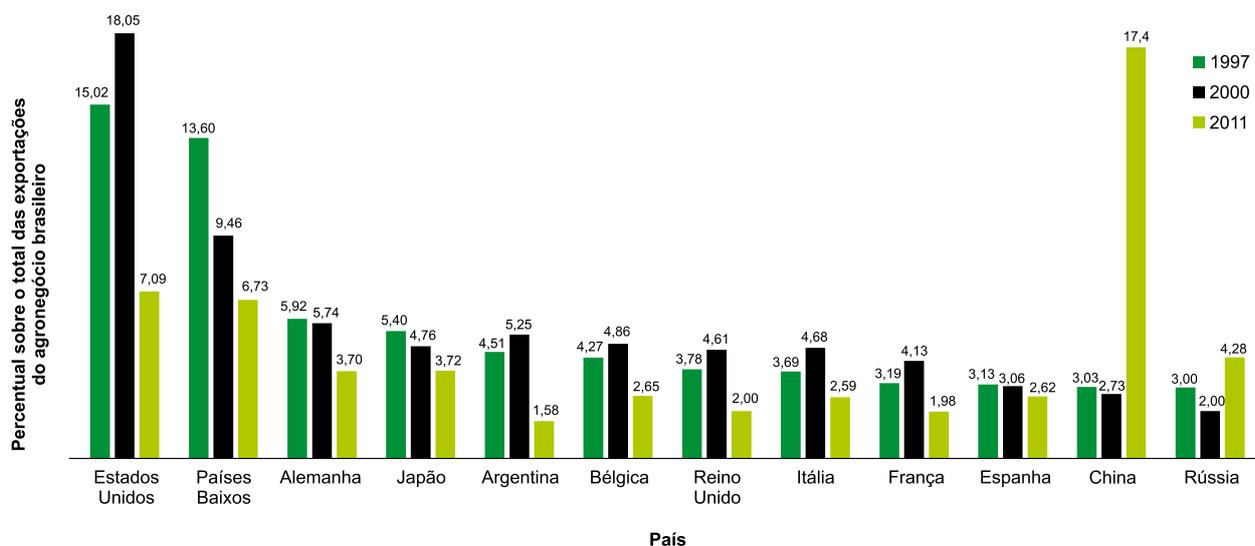


Figura 7. Distribuição (% do total) das exportações do agronegócio brasileiro por país de destino em 1997, 2000 e 2011.

Fonte: Agrostat (2012).

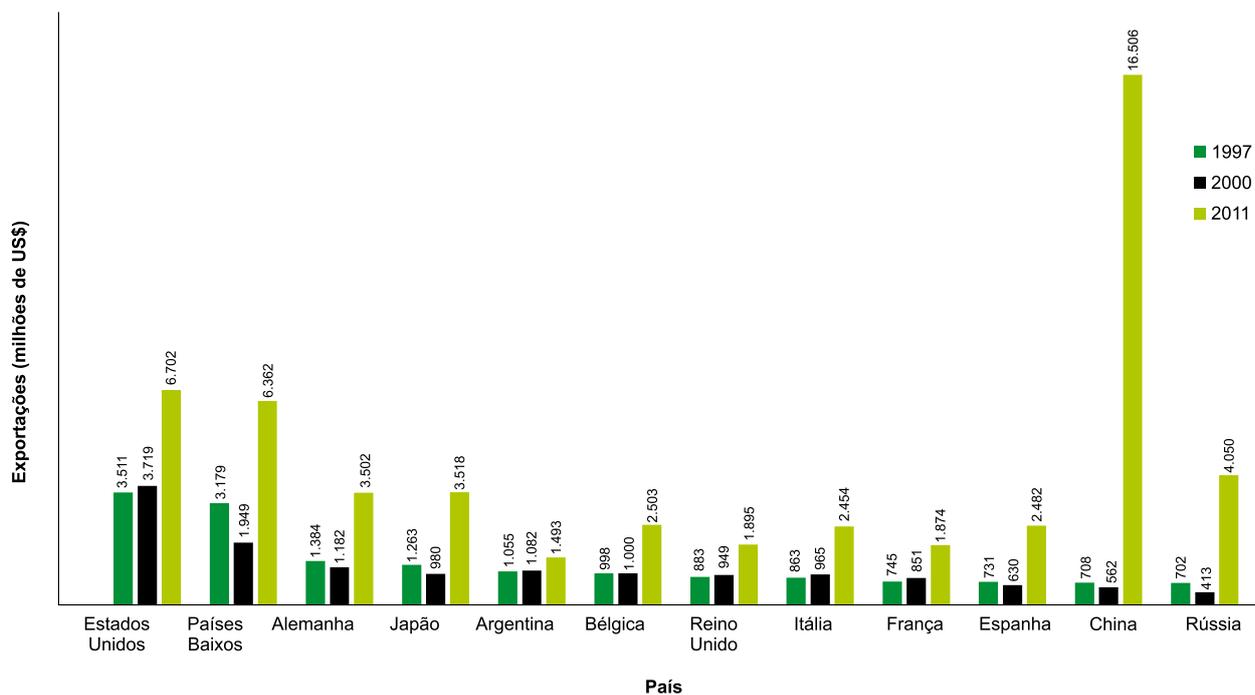


Figura 8. Valor (milhões de US\$) de exportações do agronegócio brasileiro por país de destino em 1997, 2000 e 2011 (em valores nominais).

Fonte: Agrostat (2012).

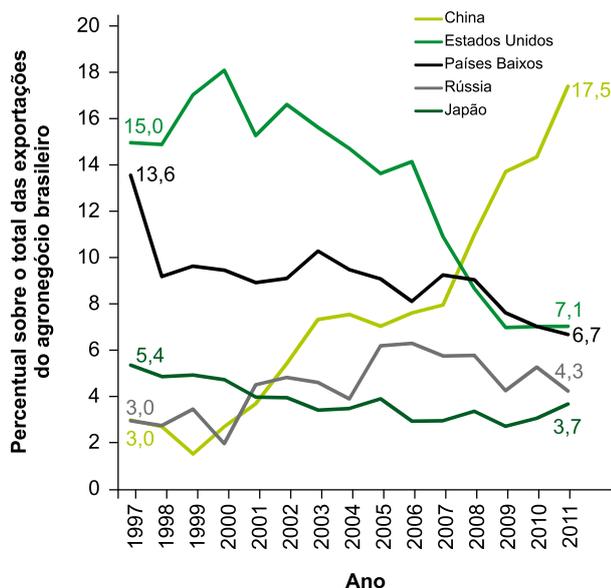


Figura 9. Evolução (de 1997 a 2011) da participação (% do total) dos cinco principais mercados de destino do agronegócio brasileiro em 2011.

Fonte: Agrostat (2012).

- Em 2000, o percentual máximo de concentração de um mercado de destino na forma de participação sobre o total das exportações do agronegócio foi de 18,05%: os EUA; em 2011, esse percentual foi de 17,45% (China).
- 33 mercados participavam com mais de 0,5% em relação ao total das exportações do agronegócio em 2000; esse valor passou para 37 destinos em 2011.
- 107 mercados de destino detinham participações menores que 0,01% em 2000; e em 2011 esse número se reduziu para 72.
- A diferença entre o maior importador do agronegócio brasileiro no ano de 2011, China, e o segundo, EUA, foi de US\$ 9,8 bilhões. Em 2000 essa diferença foi de US\$ 1,77 bilhão (em primeiro lugar, EUA, com US\$ 3,718; e em segundo, Países Baixos, com US\$ 1,948 bilhão).

- Apesar da ampliação no número de mercados das exportações brasileiras, observou-se uma concentração das vendas externas em alguns países. A participação dos cinco principais países passou de 30% em 1997 para 39% em 2011.

Fatores explicativos do desempenho das exportações do agronegócio

Os dados sobre as exportações do agronegócio brasileiro, tanto os dados passados como as projeções, denotam pelo menos dois aspectos: i) a relevância do agronegócio na pauta de exportações nacionais; e ii) a atual e crescente importância do Brasil no mercado mundial de alimentos e de commodities agrícolas.

O crescimento no nível de exportações de produtos do agronegócio brasileiro tem se demonstrado consistente, mesmo em condições desfavoráveis, como a apreciação persistente do câmbio, observada nos últimos anos. Forças motrizes (*drivers*) da situação nos mercados agrícolas mundiais nos próximos anos (crescimento populacional, aumento da renda per capita, urbanização em muitos países em desenvolvimento, e outras) indicam também que a demanda por alimentos e energias renováveis (de origem agrícola) deverá continuar a crescer substancialmente. O Brasil, nesse cenário, apresenta-se potencialmente como uma das principais fontes de produtos de origem agrícola para o mundo.

Vários fatores concorrem para o crescimento da produção agrícola do País, bem como para o desempenho das exportações do agronegócio. Um deles, e possivelmente o mais preponderante, foi a incorporação das terras do Cerrado brasileiro à matriz agroprodutiva. A partir da década de 1970, diversas tecnologias desenvolvidas para agricultura nacional foram voltadas à criação da capacidade de produção agrícola dessas terras. Isso proporcionou o vultoso crescimento na produção e na produtividade do setor.

Mais recentemente, destacam-se outros elementos na formação da atual condição agro-exportadora do Brasil: a) estabilidade macroeconômica nacional; b) crescente demanda internacional por commodities e alimentos; c) preços internacionais favoráveis à exportação desses produtos; d) desenvolvimento de novos mercados para produtos agrícolas; e) excelente combinação produtividade/disponibilidade de terra no País, especialmente em comparação com outras nações.

Contudo, existem muitos desafios a serem superados para que o crescimento esperado para a produção agrícola brasileira e para o nível de exportação desses produtos seja alcançado. Esses desafios incluem principalmente a superação dos problemas de infraestrutura do País, em especial a deficiente infraestrutura de escoamento da produção, e o impacto negativo da taxa de câmbio apreciada⁹ sobre o setor exportador.

Além dos elementos anteriores, o desempenho futuro da produção e exportação do agronegócio brasileiro é limitado também pela ausência de uma estratégia de médio e longo prazo para a agricultura nacional, e pela necessidade de fortalecer os mecanismos de garantia de renda ao produtor e assegurar crescentes investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) agropecuários.

Perspectivas das exportações

As exportações dos produtos do agronegócio brasileiro deverão experimentar uma forte dinâmica nos próximos dez anos. Os produtos que indicam maior potencial de crescimento das exportações nesse período, segundo projeções da AGE/Mapa e da SGE/Embrapa, são o algodão, soja em grão, carne de frango, açúcar, milho e celulose.

Todas essas perspectivas de crescimento das exportações encontram lastro na também crescente demanda mundial por commodities, em especial alimentos. Esse, por sua vez, é um

processo decorrente do robusto e contínuo crescimento da população e da renda per capita em países que ainda não atingiram a satisfação das necessidades básicas de sua população, como China, Índia e alguns países africanos. Veja-se, por exemplo, que:

[...] a China é um país de 1,34 bilhões de habitantes, que enriquece e se transforma em velocidade recorde. Todos os mitos sobre padrões de consumo chineses estão sendo desconstruídos. 'Eles não tomam café' é uma afirmação que não se sustenta diante da profusão de lojas da rede Starbucks, que tem sua bandeira em 400 locais, número que deverá subir a 1.500 até 2015. Os chineses tomam cada vez mais café e pagam US\$ 2,80 por um expresso duplo, o suficiente para comprar uma refeição em qualquer restaurante popular do país. (CHINA BRAZIL UPDATE, 2011)

O Brasil apresentará, nos próximos anos, forte aumento das exportações. Contudo, o mercado interno ainda será um importante fator de crescimento. Dois exemplos que corroboram isso são: i) em 2021–2022, 56% da produção de soja deve ser destinada ao mercado interno; ii) para o milho, esse percentual é de 84%.

Nas carnes, também haverá forte pressão do mercado interno. Do aumento previsto na produção de carne de frango, 63% da produção de 2021–2022 será destinada ao mercado interno; em relação à carne bovina produzida, 80% deverá ir ao mercado interno; e quanto à carne suína, 81% será destinada ao mercado interno. Desse modo, embora o Brasil seja, em geral, um grande exportador para vários desses produtos, o consumo interno é predominante no destino da produção.

Com base na Tabela 2, constata-se que a grande maioria dos produtos agrícolas terá crescimento expressivo das exportações entre as safras 2011–2012 e 2021–2022. Alguns exemplos são: a) 32,6% para milho, passando de 10,7 milhões de toneladas em 2011–2012 para 14,2 milhões em 2021–2022; b) 31,6% para soja em grão, passando de 34,1 milhões de toneladas

⁹ A esse respeito, ver Bresser-Pereira (2011).

Tabela 2. Brasil: projeções de exportação para 2011–2012 a 2021–2022.

Produto	Unidade	2011–2012	2021–2022	Variação (%)
Algidão pluma	Mil t	805	1.157	43,7
Milho	Mil t	10.717	14.208	32,6
Soja (grão)	Mil t	34.139	44.919	31,6
Soja (farelo)	Mil t	14.441	16.096	11,5
Soja (óleo)	Mil t	1.556	1.685	8,3
Suco de laranja	Mil t	1.903	2.415	26,9
Carne de frango	Mil t	4.191	5.658	35,0
Carne bovina	Mil t	1.344	1.613	20,0
Carne suína	Mil t	532	655	23,1
Café	Milhões sc	33	38	16,9
Açúcar	Mil t	27.385	39.755	45,2
Leite	Milhões L	124	128	3,2
Papel	Mil t	2.089	2.474	18,4
Celulose	Mil t	8.751	12.259	40,1

Fonte: Brasil (2012).

para 44,9 milhões no mesmo período; c) também para o mesmo período, a taxa é de 45,2% para o açúcar, passando de 27,4 milhões para 39,8 milhões de toneladas.

Na Tabela 3, estão representados os quatro complexos que compreendem os principais alimentos consumidos no mundo e que são considerados essenciais pela quase totalidade da população mundial. Nessa Tabela, estão listadas as projeções para 2021–2022 das participações no comércio mundial por país exportador.

As participações do Brasil no comércio mundial de soja, carne bovina e carne de frango deverão continuar expressivas e tendendo a se elevarem. A soja brasileira em 2021–2022 deverá alcançar uma participação no total das exportações mundiais em torno de 43,0%; a carne bovina, 23,2%; e a carne de frango, 43,5%. O Brasil deverá ainda manter a liderança no comércio mundial de café e açúcar.

Finalmente, convém ressaltar que outros países, como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina, vêm exercendo papel de destaque no mercado mundial de produtos do agronegócio. Nesse contexto, a necessidade de atenção contínua ao aumento de eficiência produtiva e redução de custos da produção brasileira é um requerimento essencial para que o País possa continuar liderando a exportação de uma gama considerável de produtos. Ações devem ser desenvolvidas, particularmente nas áreas de pesquisa e inovação agropecuária, sanidade animal e vegetal e infraestrutura e logística, sem esquecer o fortalecimento das negociações comerciais internacionais.

Considerações finais

É notório que a conjuntura mundial tem favorecido o setor agrícola brasileiro. Demanda e preços elevados, naturalmente, estimulam a

Tabela 3. Principais exportadores de produtos agrícolas nas projeções para 2021–2022, segundo o USDA.

País	Milhões de toneladas	Participação no comércio mundial (%)
Milho		
Estados Unidos	61,6	46,9
Argentina	22,6	17,2
Antiga União Soviética	17,4	13,3
Brasil	13,7	10,4
Outros	16,0	12,2
Total mundial	131,3	100,0
Soja em grão		
Brasil	59,2	43,1
Estados Unidos	43,4	31,6
Argentina	16,9	12,3
Outros	17,9	13,0
Total mundial	137,4	100,0
Carne bovina		
Ásia	2,0	23,9
Brasil	2,0	23,2
Estados Unidos	1,4	16,9
Austrália	1,3	15,9
Outros	1,8	20,1
Total	8,5	100,0
Carne de frango		
Brasil	4,8	43,5
Estados Unidos	3,7	33,4
União Europeia	1,3	12,0
Tailândia	0,6	5,7
Outros	0,7	5,4
Total	11,1	100,0

Fonte: Interagency Agricultural Projections Committee (2012).

produção e a exportação agrícola do País. Embora importantes, esses não são os únicos fatores que têm influenciado o elevado crescimento das exportações brasileiras nas últimas décadas. O marco de políticas públicas (apesar de algumas

limitações), o empreendedorismo dos diversos tipos de produtores e a riqueza dos recursos naturais disponíveis para a prática sustentável da agricultura também têm contribuído para esse resultado. O desafio para os próximos anos é maximizar as fortalezas desses e de outros elementos de forma a sustentar a trajetória ascendente do comércio do agronegócio nacional e a sua força motora sobre o funcionamento desse setor.

Estudos da FAO e de outras instituições internacionais alertam os governos sobre a necessidade de quase dobrar a produção mundial de alimentos nas próximas décadas para atender à demanda mundial de aproximadamente nove bilhões de habitantes em 2050¹⁰. O Brasil, como grande produtor e exportador mundial desses produtos, tem diante de si uma grande oportunidade e responsabilidade perante a sociedade nacional e internacional. Várias ações são necessárias para responder a essa expectativa; por exemplo, assegurar a estabilidade macroeconômica do País e definir uma estratégia de médio e longo prazo para o crescimento sustentável do setor. Entre outros aspectos, os elementos dessa estratégia devem incluir medidas que contribuam para expandir as atividades de P&D e inovação agropecuária, garantir a renda dos produtores e reduzir drasticamente os estrangulamentos impostos pela deficiente infraestrutura de escoamento da produção.

Em relação ao comércio exterior, as medidas requeridas de políticas governamentais incluem, entre outras, as seguintes: ampliação da negociação comercial agropecuária; promoção da expansão das exportações de produtos agrícolas com maior grau de transformação; fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária; erradicação da febre aftosa; e expansão da promoção do agronegócio brasileiro em mercados tradicionais, assim como naqueles com elevado potencial, mas que atualmente não figuram entre os principais destinos das exportações nacionais. Segundo Espírito Santo et al. (2012), esses novos mercados potenciais incluem Turquia,

¹⁰ Ver Santana et al. (2011).

Suíça, México, Austrália e Cingapura. É imperativo, portanto, que tanto a iniciativa privada quanto o Governo atentem para esses novos mercados.

Além das ações mencionadas acima, a resposta às expectativas com respeito à produção e participação crescente das exportações agropecuárias brasileiras no mercado mundial requer também a adoção de medidas que contribuam para diminuir a dependência nacional da importação de fertilizantes; que melhorem a segurança jurídica da propriedade privada; e que expandam a incorporação de pequenos produtores rurais ao mercado. Quanto a fertilizantes, parcerias público-privadas podem ser formas de solucionar o problema.

Em síntese, existe uma grande expectativa em relação à continuidade do importante papel que as exportações brasileiras vêm desempenhando em nível da economia nacional e nos mercados globais. A resposta a essa oportunidade e responsabilidade depende em grande medida do esforço conjunto do governo, produtores rurais nacionais, iniciativa privada doméstica e sociedade civil.

O crescimento do agronegócio brasileiro continuará, em termos de volume, a depender principalmente da demanda interna. Entretanto, taxas mais elevadas de crescimento serão determinadas pela capacidade das vendas externas. Espera-se, portanto, que as exportações continuem a ser o “motor” do agronegócio nos próximos anos.

Referências

AGROSTAT. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/servicos-e-sistemas/sistemas/agrostat>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil projeções do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022**. Brasília, DF, 2012. 50 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino**. Brasília, DF: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, 2010. 443 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Structuralist macroeconomics and new developmentalism**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011. 26 p. (FGV. Escola de Economia de São Paulo. Textos para Discussão, 298).

CHINA BRAZIL UPDATE. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, n. 2, 15 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001726.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2011.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <http://conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>. Acesso em: 5 mar. 2012.

ESPÍRITO SANTO, B. R. do; LIMA, M. L. F. N. de; SOUZA, C. B. S. de. Os vinte principais mercados para exportações agrícolas no futuro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, 2012. No prelo.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

INTERAGENCY AGRICULTURAL PROJECTIONS COMMITTEE. **USDA Agricultural Projections to 2021**. Washington, DC, 2012. 102 p.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

LINDER, S. **An essay on trade and transformation**. New York: John Willey, 1961.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. (Org.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2001. 653 p.

SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E.; MARTHA JÚNIOR, G. **Alimentos**: grande desafio global. Brasília, DF: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011. 2 p. (Perspectiva: Pesquisa Agropecuária, 2).

SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007.

SOEDERSTEN, B.; REED, G. **International economics**. 3rd ed. London, GB: Macmillan, 1994. 714 p.

VERNON, R. **Manager in the international economics**. 2nd ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

WIKIPÉDIA. **Teoria da dependência**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_da_dependência>. Acesso em: 30 ago. 2011.